

**PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA Nº: 009/2022/SE/VBST**

**Assunto:** Qualificação quanto a Serviço Comum de Engenharia

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para futuras e eventuais perfurações de poços tubulares profundos com dispositivos para proteção sanitária, bombeamento e a instalação e fornecimento de todos os equipamentos necessários ao funcionamento, bem como a confecção de estudos geofísicos, autorizações e outorgas junto aos órgãos ambientais competentes

**Interessado:** Comissão de Licitação

**1. DO OBJETO**

Faz parte do objeto o Projeto Básico para Contratação de empresa especializada para futuras e eventuais perfurações de poços tubulares profundos com dispositivos para proteção sanitária, bombeamento e a instalação e fornecimento de todos os equipamentos necessários ao funcionamento, bem como a confecção de estudos geofísicos, autorizações e outorgas junto aos órgãos ambientais competentes, orçado em R\$ 3.260.430,18 (três milhões, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta reais e dezoito centavos), e detalhado conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto Padrão de Poço Tubular Profundo em anexo.

**2. DA QUALIFICAÇÃO QUANTO A SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**

O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002:

*Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

No âmbito do Decreto Federal nº 10.024/2019, a utilização do pregão, no formato eletrônico, para as licitações cujo objeto seja a prestação de serviço de engenharia, encontra o seguinte regramento:

*Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de*

*serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.*

*Art. 2º*

*[...]*

*§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.*

*[...]*

*Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*

*[...]*

*II – bens e serviços comuns – bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;*

*III – bens e serviços especiais – bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;*

*[...]*

*VI – obra – construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;*

*VII – serviço – atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;*

*VIII – **serviço comum de engenharia** – atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;*

TCU entendeu que apenas seria possível o emprego do registro de preços para:

*“obra padronizável, de baixa complexidade construtiva e passível de ser replicada de maneira rápida e simplificada”* (Representação. Concorrência. Banco do Brasil. Registro de preços para serviços de reforma sem ampliação, adequação e alteração de layout de agências. Indícios de conluio entre os licitantes. Exame da adequação do objeto ao regime de contratação. Conhecimento. Inexistência, no caso concreto, de prejuízo à competitividade do certame. Serviços padronizados. Possibilidade de utilização de registro de preços. Improcedência. Indeferimento de medida cautelar. Arquivamento. (TCU, Acórdão nº 3419/2013, Plenário, grifamos.)

Nesse sentido o Tribunal de contas da União vem se posicionando de forma a admitir a utilização da modalidade Pregão para a contratação de serviços comuns de engenharia:

*O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002. (SÚMULA Nº 257/2010)*

*“A Lei 10.520/2002 e o Decreto 5.450/2005 amparam a realização de pregão eletrônico para a contratação de serviços comuns de engenharia, ou seja, aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”* (TCU, Acórdão n. 286/2007. Plenário. DOU 16.02.2007).

*“É irregular o uso da modalidade pregão para licitação de obra, sendo permitido nas contratações de serviços comuns de engenharia”* (Acórdão 980/2018 – Plenário TCU, relator Marcos Bemquerer)

*“a complexidade do serviço não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de ‘serviço comum’, mas sim o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, o serviço pode ser classificado como serviço comum [...]*

*‘bem ou serviço comum’ deve ser entendido como aquele que detém características padronizadas, identificável por denominação usual no mercado. Portanto, a noção de ‘comum’ não está vinculada à estrutura simples de um bem ou de um serviço. Do mesmo modo, a estrutura complexa também não é razão bastante, por si só, para retirar a qualificação de ‘bem ou serviço comum’*”  
(TCU, Acórdão 1.046/2014 – Plenário, ministro Benjamin Zymler)

O objeto descrito neste parecer atende ao requisito de ser **PADRONIZADO e REPLICÁVEL**, por ter projeto único a ser reproduzido em futura e eventual oportunidade e conveniência do gestor público. (ver arquivo em anexo)

O Projeto Básico padrão para todas as Perfurações de Poços Tubulares Profundos, possuem mesma seção e bitola de tubos, mesma locação, quadro de comando e abrigo pra clorador e sendo ajustável apenas e profundidade dos tubos, conforme o Estudo Geofísico de cada ponto a ser perfurado.

Também atende o requisito de ser **DISPONÍVEL A QUALQUER TEMPO**, pois não demanda qualquer tipo de estrutura complexa ou extraordinária, possuindo na região empresas que realizem os serviços.

Complementa esta qualificação para perfuração de poços profundos, o seguinte Agravo de Instrumento do TJ/MG:

*“cabível a realização de pregão para a contratação dos serviços de perfuração de poços profundos, eis que observado o interesse público, a habilitação das empresas e as condições de segurança e isonomia entre os participantes. Ademais, cabe à administração pública, dentro de sua conveniência, optar pelo procedimento que entende mais adequado, célere e econômico, inda que no passado tenha optado por licitar em outra modalidade”.* (TJ/MG, Agravo de Instrumento nº 1.0000.18.025169-6/001)

Utilizaram da modalidade Pregão para contratação de empresa pra perfuração de poços profundos, os seguintes entes:

- Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso: Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2021;
- Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT: Ata de Registro de Preços Nº 63/2021;

- Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT: Edital de Pregão Eletrônico Nº 023/2021;
- Prefeitura Municipal de Confresa – MT: Edital de Pregão Presencial Nº 078/2019;
- Prefeitura Municipal de Canarana – MT: Edital de Pregão Presencial Nº 003/2018;
- Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT: Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 018/2018;
- Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT: Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 034/2017;
- Prefeitura Municipal de São José do Povo – MT: Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 028/2016;
- Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo: Pregão Eletrônico Nº 08/2016;
- Prefeitura Municipal de Tangará da Serra – MT: Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 049/2016;
- Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT: Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 023/2015;
- Tribunal de Justiça de Mato Grosso: Edital de Pregão Eletrônico Nº 122/2014;

### **3. CONCLUSÃO**

Cabe o emprego da modalidade Pregão para contratação de empresa para perfuração de poços profundos, pois a classificação deste serviço, enquadra-se como SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, sendo um serviço padronizado, replicável e disponível a qualquer tempo, como exposto anteriormente, sob respaldo legal e histórico de licitações de outros entes.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 25 de maio de 2022

---

Sergio de Mello Santos  
Engenheiro Civil  
CREA/MT: 039458  
Matrícula: 3876